LEI COMPLEMENTAR 01/90

De 30 de novembro de 1.990

"Altera dispositivos das Leis nºs 416, de 17 de novembro de 1.981; 480, de 22 de agosto de 1.984 e 639, de 06 de dezembro de 1.988 e adota providências correlatas."

DORIVALDO LORIA JÚNIOR, Prefeito da Estância Balneária de Praia Grande, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faço saber que a Câmara Municipal em sua Setima Sessão Extraordinária, realizada em 08 de novembro de 1.990, aprovou e Eu Sanciono e Promulgo a seguinte Lei Complementar,

Artigo 1º - V E T A D O

Artigo 2º - O inciso IV do artigo 66 da Lei nº 416, de 17 de novembro de 1.981, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 66 - .....

IV - O número de prestações e seus vencimentos, dentro do avençado no inciso I deste artigo, que não excederá de 12 (doze) prestações mensais e consecutivas, acrescidas dos juros moratórios de 1% (um por cento) ao mes ou fração e correção monetária pelos índices do BTN Fiscal ou outro indexador que eventualmente vier a ser instituído pelo Governo Federal."

Artigo 3º - O parágrafo 1º do artigo 82 da Lei nº 416, de 17 de novembro de 1.981, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 82 - .....

Parágrafo 1º - Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efe

(reputa efe-)tuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobrar-se-á o crédito acrescido de juros de mora de 1% (um' por cento) ao mês ou fração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, inclusive correção monetária' pelos índices do BTN Fiscal ou outro indexador que eventualmente vier a ser instituído pelo Governo Federal".

Artigo 4º - O "caput" do artigo 85 da Lei nº 416, de 17 de novembro de 1.981, alterado pela Lei nº 420, de 02 de dezembro de 1.981, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 85 - Insenção é a dispensa do pagamento de um tributo, apoiada em fortes razões de ordem pública ou de interesse do Município, geradas neste Código e em Leis subsequentes".

Artigo 5º - O parágrafo 4º do artigo ' 92 da Lei nº 416, de 17 de novembro de 1.981, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 92 - .....
Parágrafo 4º - O registro da divida ' ativa e a expedição das certidões poderão ser feitos, a critério da Administração, através de sistemas mecânicos com a utilização de fichas e rois em folhas soltas ou pelo sistema de microfilmagem, desde que atenda aos ' requisitos estabelecidos neste artigo".

Artigo 6º - O artigo 95 da Lei nº 416, de 17 de novembro de 1.981, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 95 - A certidão será fornecida dentro de 15 (quinze) dias úteis a contar da data de entrega do requerimento no órgão competente".

Artigo 7º - O parágrafo 1º do artigo 113 da Lei nº 416, de 17 de novembro de 1.981, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 113 - .....
Parágrafo 1º - Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração ou de pequeno valor, considerado este até 10 BTN's Fiscal ou outro indexador que eventualmente vier a ser instituído pelo Governo Federal, poderão ser doados, a critério da Administração, à associações de caridade e demais entidades beneficentes ou de assistência social".

Artigo 8º - O parágrafo 1º do artigo 117 da Lei nº 416, de 17 de novembro de 1.981, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 117 - .....
Parágrafo 1º - O valor dos débitos a que se refere este artigo será atualizado monetariamente pelos índices do BTN Fiscal ou outro indexador que eventualmente vier a ser instituído pelo Governo Federal".

Artigo 9º - V E T A D O .

Artigo 10 - V E T A D O .

Artigo 11 - V E T A D O .

Artigo 12 - V E T A D O .

Artigo 13 - V E T A D O .

Artigo 14 - V E T A D O .

Artigo 15 - V E T A D O .

Artigo 16 - O artigo 49 da Lei nº 480, de 22 de agosto de 1.984, alterado pela Lei nº 665, de 28 de setembro

e 28 de setembro) de 1.989, fica acrescido de quatro parágrafos, que se rão enumerados como parágrafos 3º, 4º, 5º e 6º com a seguinte redação:

"Artigo 49 - .....

§ 3º - No tocante a construção de muros e passeios, o valor do imposto é fixado em 0,5 BTN Fiscal por metro quadrado ou outro indexador que eventualmente vier a ser instituído pelo Governo Federal;

§ 4º - No tocante a reforma sem acréscimo de obra, o valor do imposto é fixado em 20 BTN's Fiscal ou outro indexador que eventualmente vier a ser instituído pelo Governo Federal;

§ 5º - No tocante a administração de condomínios, o valor do imposto é fixado em 0,25 BTN's Fiscal por unidade ou outro indexador que eventualmente vier a ser instituído pelo Governo Federal. Ficam dispensados desse pagamento condomínios com até seis unidades;

§ 6º - No tocante a projeto aprovado, o valor do imposto obedecerá à Tabela integrante deste parágrafo;

T A B E L A

P R O J E T O	BTN's FISCAL
até..... 30 m²	6,07
acima de ..... 30 m² até ..... 50 m²	9,11
acima de ..... 50 m² até .....100 m²	10,00
acima de .....100 m² até .....200 m²	17,86
acima de .....200 m² até 400 m2	30,55
acima de .....400 m² até .....700 m²	45,91
acima de .....700 m² até .....1000 m²	61,09
acima de .....1000 m² até .....6000 m²	76,81
acima de .....6000 m²	89,32

Artigo 17 - O parágrafo primeiro do artigo 52 da Lei nº 480, de 22 de agosto de 1.984, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 52 - .....

§ 1º - O enquadramento dos contribuintes no regime de estimativa poderá, à critério da Secretaria da Fazenda, através de Resolução do Órgão, ser feito individualmente, por categoria de estabelecimento ou por grupo de atividades ou em caráter geral".

Artigo 18 - O artigo 54 da Lei nº 480, de 22 de agosto de 1.984, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 54 - Sempre que os serviços a que se referem os ítens 01, 02, 03, 04, 05, 08, 17, 25, 50, 52, 88, 89, 90, 91 e 92, do artigo 42 forem prestados por sociedade, esta ficará sujeita ao imposto calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal em nome da sociedade, nos termos da Lei aplicavel".

Artigo 19 - O artigo 68 da Lei nº 480, de 22 de agosto de 1.984, alterado pela Lei nº 520, de 09 de setembro de 1.985, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 68 - Os profissionais referidos no artigo 53 poderão recolher o imposto em até 12 (doze) prestações iguais, desde que os recolhimentos se processem dentro do mesmo exercício".

Artigo 20 - V E T A D O .

Artigo 21 - V E T A D O .

Artigo 22 - O artigo 105 da Lei nº 480,

(Lei nº 480,) de 22 de agosto de 1.984, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 105 - A concessão de prorroga-' ção de horário a que se refere o artigo anterior será mensal e corresponderá ao pagamento de taxa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da licença concedida para funcionamento regular."

Artigo 23 - O artigo 107 da Lei nº 480, de 22 de agosto de 1.984, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 107 - Pelo funcionamento em regime de licença especial, exclusivamente nos meses mencionados, os estabelecimentos pagarão uma taxa equivalente' a 50% (cinquenta por cento) do valor ' da licença concedida para funcionamento regular."

Artigo 24 - O artigo 144 da Lei nº 480, de 22 de agosto de 1.984, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 144 - A taxa é devida de acordo com a seguinte Tabela"

I - Fornecimento de diretrizes para projetos de loteamentos, por metro quadrado da área objeto do pedido..... 0,05 BTN Fiscal

II - Exame de projeto e respectiva decisão de loteamento e desmembra-' mento de gleba, por metro quadrado de área útil....0,1 BTN Fiscal

III - Exame de projeto e respectiva decisão de modificação de loteamento, por metro quadrado da área ' objeto do pedido...0,5 BTN Fiscal

IV - Exame de projeto e respectiva decisão de arruamento, modificação, unificação, desmembramento, rema-

(rema-)nejamento, fracionamento e desdobro de lotes, por metro quadrado da área objeto do pedido... .....0,5 BTN Fiscal

Parágrafo 1º - Nos casos de reaprovação de projeto de loteamento cujo alvará inicial tenha sofrido caducidade nos termos em que prevê a legislação específica, será recolhido 25% (vinte cinco por cento) das taxas estabelecidas no inciso II deste artigo, desde que:

a) - não tenha havido alteração da legislação que regulamenta o assunto e nem alteração do projeto.

b) - não tenha decorrido mais de 02 (dois) anos da aprovação inicial.

Parágrafo 2º - No ato da solicitação, o requerente pagará 50% (cinquenta por cento) do valor da taxa, sendo o restante pago após o exame, independentemente da decisão do órgão competente."

Artigo 25 - Os incisos I, II e III, do artigo 162 da Lei nº 480, de 22 de agosto de 1.984, alterado pela Lei nº 665, de 28 de setembro de 1.989, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 162 - .....

I - Alvará de estacionamento, por ano..... 60 BTN's Fiscal

II - Transferência de permissão..... ..... 225 BTN's Fiscal

III - Substituição de veículos (vistoria)..... 21 BTN's Fiscal

Artigo 26 - O artigo 163 da Lei nº 480, de 22 de agosto de 1.984, fica acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

"Artigo 163 - .....

Parágrafo único - O permissionário que

(O permissionário que) for encontrado ' sem portar as tabelas de preço das corridas, devidamente autenticadas pela Divisão Municipal de Trânsito, afixadas ' no painel e no vidro traseiro do veículo, será notificado pela fiscalização ' municipal para, no prazo de 10 (dez) ' dias, suprir a irregularidade com afixação devida. Em caso de não atendimento' à determinação da fiscalização, será o permissionário autuado, ficando sujeito ao pagamento de multa equivalente a ' 30 BTN's Fiscal do dia da autuação, ou outro indexador que evetualmente vier a ser instituído pelo Governo Federal, valor atualizado até a data do efetivo pagamento."

Artigo 27 - V E T A D O !

Artigo 28 - O inciso X, alínea "c" e"e" ítem 8 do artigo 175 da Lei nº 480, de 22 de agosto de 1.984, alterada' pelas Leis nºs 520, de 09 de setembro de 1.985 e 665, de 28 de setembro de 1.989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 175 - .....

X - Cemitério;

c) Perpetuidade
1) de campa rasa..... 688 BTN's Fiscal
2) de carneiro 968 BTN's Fiscal
3) de jazigo ou mausoléu .....
.....1380 BTN's Fiscal

A requerimento dos insteressados e me-' diante autorização do Executivo Municipal esses valores poderão ser pagos em até 12 (doze) parcelas mensais, corrigidas monetariamente pelos índices do BTN Fiscal ou outro indexador que eventual-

(eventual-)mente vier a ser instituído pelo Governo Federal.

e) Diversos:

8) Ocupação de ossário por períodos de 5 (cinco) anos 06 BTN's Fiscal

Artigo 29 - O artigo 175 da Lei nº 480, de 22 de agosto de 1.984, alterada pelas Leis nºs 520, de 09 de setem-' bro de 1.985 e 665, de 28 de setembro de 1.989, fica acrescido de mais' um inciso, que será o XI, com a seguinte redação:

"Artigo 175 - .....

XI - Vistoria Sanitária em estabeleci-' mentos, serviços, produtos e equi-pamentos relacionados à saúde..... .....25 BTN's Fiscal

Artigo 30 - Fica revogado o inciso II ' do artigo 179 da Lei nº 480, de 22 de agosto de 1.984.

Artigo 31 - O parágrafo 1º do artigo ' 208 da Lei nº 480, de 22 de agosto de 1.984, passa a vigorar com a se-' guinte redação:

"Artigo 208 - .....

Parágrafo 1º - Após a notificação, dentro de prazo de até 30 (trinta) dias, o contribuinte poderá reclamar, à repartição competente, contra:

a) - o erro na localização e dimensões' do imóvel;

b) - O cálculo dos índices atribuídos;

c) - o valor da contribuição;

d) - o número de prestações."

Artigo 32 - V E T A D O .

Artigo 33 - V E T A D O .

Artigo 34 - Esta Lei Complementar entra

(Esta Lei Complementar entra) em vigor na data da sua publicação, vigendo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 1.991, revogadas as disposições em contrário, V E T A D O .

Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos 30 de novembro de 1990, ano vigésimo quarto da emancipação.///

DORIVALDO LORIA JÚNIOR
Prefeito

LAYDE RODRIGUES REIS DE LORIA
Secretária do Governo

Registrada e Publicada na Secretaria de Negócios Administrativos, aos 30 de novembro de 1.990.

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E TABELIONATO
BEL. DAVID SHOJI
Serventuário
FRANCISCO CARLOS P. DA COSTA
CLAUDIA SHIZUE
ESCREVENTES AUTORIZADOS
PRAIA GRANDE
ESTADO DE SÃO PAULO

LUCILDE COSTA DOMINGUES
Secretária de Negócios Administrativos

Processo- 10.185/90

REGISTRADO EM LIVRO COMPETENTE E AFIXADO NO QUADRO GERAL DE AVISOS DA PAÇO MUNICIPAL, CONFORME ART.º [illegible] (LEI ORGÂNICA DA EST. BALN. DE PRAIA GRANDE) DURANTE 3 (TRÊS) DIAS.